



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DANDARA CORRÊA SILVA

QUESTÃO AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO: A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E A FORMAÇÃO DO MST

Rio de Janeiro

2022

DANDARA CORRÊA SILVA

QUESTÃO AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO: A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E A FORMAÇÃO DO MST

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro para
a conclusão do curso de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a Maristela Dal Moro.

Rio de Janeiro

2022

DANDARA CORRÊA SILVA

Questão agrária no Rio de Janeiro: a luta e luta dos Movimentos Sociais e a formação do MST. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Maristela Dal Moro
Presidente da Banca/orientadora
Escola de Serviço Social – UFRJ

Maria Josefina Mastropaolo
Membro da Banca
Escola de Serviço Social – UFRJ

Luis Eduardo Acosta
Membro da Banca
Escola de Serviço Social – UFRJ

Rio de Janeiro

2022

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a trajetória dos Movimentos Sociais do campo no Rio de Janeiro e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para compreender a luta e a formação desse movimento social no Estado fluminense é necessário ir mais longe e articular com o intenso processo de expropriação e exploração dos camponeses no Brasil. A luta pela reforma agrária busca o direito à terra para produzir, além de outras demandas que o movimento realiza, como às pautas relacionadas ao enfrentamento contra a fome e a insegurança alimentar, o cuidado com alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, a educação, as questões de gênero e raça, saúde, são algumas das bandeiras defendidas historicamente pelos movimentos sociais e que hoje são referência de luta do MST, através do que ficou definido como Reforma Agrária Popular.

Neste trabalho, será utilizado como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica que permite fazer um resgate da questão agrária no Brasil, em particular as lutas do MST no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, busca-se compreender o contraditório processo de desenvolvimento econômico, no qual a questão agrária permaneceu inalterada, enquanto as contradições econômicas e sociais aumentaram, estas advindas da relação de exploração que se estabeleceu no âmbito do trabalho e dos bens naturais.

PALAVRAS – CHAVE: Questão Agrária, Movimento Sem Terra, Rio de Janeiro.

Dedico este trabalho aos meus pais.

Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado da construção de um conjunto de experiências de pessoas que passaram pela minha vida. Na filosofia africana existe um termo chamado Ubuntu que é uma filosofia de vida, cujo seu significado se refere à humanidade com os outros. Assim, uma pessoa só é uma pessoa por meio de outras pessoas e também por meio de todos os seres do universo, de acordo com a filosofia africana.

Não será possível mencionar todas as pessoas que compartilharam esse caminhar direta ou indiretamente, mas irei registrar alguns agradecimentos.

Agradeço primeiramente a tudo que é desconhecido mas que de alguma forma podemos sentir e nomeamos como Deus. Sem ele eu jamais teria chegado até aqui. Por todas as vezes que me protegeu ao sair de madrugada e esperar no ponto de ônibus sozinha para ir às aulas na Praia Vermelha, morando na Baixada Fluminense. Pelas inúmeras noites na Central voltando de disciplinas que fiz a noite na faculdade. Pelos momentos mais difíceis de solidão morando numa república e indo a aulas sem dormir, pelos plantões no trabalho como babá na Urca.

À minha mãe e amiga, Grace, que não seria possível expressar em palavras tudo o que sinto e o meu infinito agradecimento. Sem você a minha vida não teria sentido, somente você e Deus sabem tudo que vivi.

Ao meu pai, Marcelo, pelo conforto das palavras de confiança e apoio, por não me deixar desistir mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar que eu tive, graças aos seus sacrifícios e da minha mãe.

À minha avó, Mariusa, minha grande inspiração. Obrigada por todo apoio e por acreditar em mim.

À minha pet Guanina, que me acompanha desde a época do pré-vestibular, sempre ao meu lado enquanto eu estudava e também nos momentos difíceis e felizes.

A todos os meus familiares e amigos.

A minha amiga de graduação Jenyfer.

Ao Felipe, por acreditar em mim quando nem eu acreditava mais.

Ao meu médico Carlos Eduardo, por ter salvado a minha vida. E a minha psicóloga Andrea por me acompanhar no momento mais delicado e me orientar nos caminhos quando estive perdida.

Àquelas que foram somente travessia na minha vida e já não tenho mais contato, mas que deixaram um pouco de si em mim.

À Maristela Dal Moro pela orientação, pelo tempo dedicado neste trabalho, compreensão, expresse aqui minha admiração e gratidão.

Aos professores da Escola de Serviço Social que me constituíram como ser humano e político. Em especial: Marcelo Braz, Fernanda Kilduff, Josefina Mastropaolo, Alzira Mitz, Luis Acosta, Fátima Valéria, Daniel Campos, Ivanete Boschetti, Sara Granemann e Rafael Vieira.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que lutaram por terra,

A Grace e Marcelo,
meus pais

"Se não tiver luta, como eu vou vencer?"

*(Angelita Maria Gomes) Usuária do
CRAS Maxambomba- Nova Iguaçu, RJ.*

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Aspectos históricos da questão agrária no Brasil.....	11
1.2. Lei de terras de 1850: a legalização do latifúndio no Brasil	15
1.3 Industrialização no século XX e a intensificação da questão agrária e da industrialização no Brasil	17
1.4 A modernização da agricultura e a questão agrária no Brasil	20
1.5 A questão agrária no período ditatorial.....	23
1.6 Crise da Modernização Conservadora e a rearticulação dos movimentos sociais e o agronegócio.....	25
Capítulo 2: Questão agrária e conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro	30
2.1 Conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro.....	31
2.2 Formação do MST é sua trajetória no Rio de Janeiro.....	38
2.3 Assentamentos no Rio de Janeiro.....	41
Considerações Finais	45
Referências Bibliográficas.....	47

Introdução

Nesse estudo pretende-se compreender a trajetória dos movimentos sociais do campo no Rio de Janeiro e a particularidade do MST.

Este trabalho é apresentado à Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social. É resultado das inquietações e questionamentos surgidos durante a trajetória do curso, além da vivência enquanto militante e moradora da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. De acordo com Becker (1993), a escolha do objeto de pesquisa geralmente revela as preocupações científicas do pesquisador.

O interesse pelo tema se dá na experiência vivida no estágio supervisionado, no período de junho de 2021 a setembro de 2022 no CRAS Maxambomba, no centro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Nos atendimentos técnicos realizados, observou-se uma crescente demanda por cestas básicas. A grande procura por alimentos demonstrava que a fome pairava naquela região em um país que é conhecido como um dos maiores produtores de alimentos. Dessa maneira, o trabalho busca compreender historicamente o contraditório processo de desenvolvimento econômico, no qual a questão agrária permaneceu inalterada enquanto as contradições econômicas e sociais aumentaram, estas advindas da relação entre a superexploração do capital e o agronegócio.

Ademais, no decorrer dos atendimentos técnicos supervisionados pela assistente social do CRAS Maxambomba em Nova Iguaçu, RJ, percebia-se que a maioria das usuárias atendidas eram mulheres e suas histórias traziam a familiaridade com a terra, com a produção de alimentos. Existiam aquelas que eram migrantes e vinham de outros estados com sua família em busca de trabalho. Mas havia, também, aquelas que guardavam uma longa vivência nesse município e traziam em suas histórias a estreita relação com a vida no campo.

Esse dado colocou uma inquietação acerca da relação com a questão agrária na cidade do Rio de Janeiro e os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tendo em vista que as realidades expostas necessitam de respostas, é por esse motivo que me

proponho a estudar esse tema em busca das origens agrárias e os processos de luta pela terra no Rio de Janeiro

1. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil

Como ponto de partida e, por entendermos que o Rio de Janeiro é parte importante dos rumos da questão agrária no Brasil, faremos um breve resgate de alguns aspectos históricos da questão agrária em nosso país e que são fundamentais para explicar as particularidades do Estado do Rio de Janeiro e da formação das lutas sociais.

Para compreendermos as manifestações contemporâneas da questão agrária no Brasil, será necessário partir das origens, momento em que se traça os rumos da questão agrária e o momento em que é fundado o monopólio da terra.

Ou seja, no Brasil, a questão agrária é herança do processo histórico que inicia com a colonização portuguesa, momento em que as terras ficam restritas a poucas pessoas, sendo a maioria os fidalgos portugueses.

Não foi por acaso, então, que o espaço agrário se organizou em latifúndios, sustentando a escravidão de indígenas e, posteriormente africana dando vida ao que passou a ser denominado por alguns autores de *plantation*.

Esse processo vai resultar na concentração de renda, propriedade agrária e extrema desigualdade.

Como destaca, Rocha & Cabral:

O monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias, que foram doadas pelo Rei Dom João III a nobres de sua confiança. Estas capitânicas dividiram o Brasil em 15 (quinze) extensões de terra que tornaram-se propriedades de fidalgos portugueses. A estrutura fundiária brasileira de grande propriedade formou-se a partir daí. Os grandes latifúndios escravistas são resultado desta distribuição desigual de terra iniciada com a colonização brasileira, esses latifúndios permanecem até os dias atuais, com configurações diferentes. O campo brasileiro é resultado deste processo histórico que culminou em um campo desigual. (ROCHA & CABRAL, 2016, p. 76)

Dessa maneira, a consolidação do latifúndio é resultado da criação da colônia pela coroa portuguesa, na qual a economia desta colônia era organizada para

atender as demandas do mercado externo. Assim, o Brasil se constitui dependente do capitalismo central.

É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; [...]. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. (PRADO JR., 1985, cap. 01, n.p apud FIORINI, 2022, p.13)

A questão agrária, então, vai se constituindo tendo em conta a consolidação do monopólio da terra. Conforme aponta Fiorini (2022, p.12)

A origem da formação social brasileira ocorre na condição de Colônia de Portugal, por ocasião das expansões marítimas do período. Assim os portugueses quando invadiram o território do Brasil no ano de 1500, o fizeram a partir do financiamento emergente capitalismo comercial europeu e por sua vez tomaram o poder territorial, passando a escravizar as populações tradicionais e originárias que aqui viviam, submetendo tudo (natureza) e todos (pessoas) às leis da coroa portuguesa.

Segundo Fiorini (2022) após o esgotamento da exploração do pau-brasil, a coroa passa a buscar outras fontes de recursos para explorar. Assim, logo foi percebido pelos colonizadores o grande potencial na produção de produtos agrícolas e dessa maneira passaram a organizar as terras com o objetivo de voltar seus interesses para o mercado externo europeu, denominado por estudiosos como modelo agroexportador.

O *plantation* foi o modelo de exploração utilizado pelos europeus, para a agroexportação. De acordo com Miralha, (2006, p.152) a coroa instaurou o regime de posse de terras que já era utilizado em Portugal. Este tinha como princípio conceder as terras aos católicos, brancos, “puro sangue” e estes não tinham o direito a venda, mas essa concessão poderia passar para os herdeiros. Estavam fora os indígenas, ex-escravos, os camponeses, os pobres de modo geral.

Stédile (2012, p. 23) discute o que é a *plantation*:

É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão de obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado.

Nesse sentido Miralha, (2006, p.152) aponta que “o modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo”. Assim, se consolida o latifúndio e o trabalho escravo.

Para Andrade (2002), a colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra que era dividida em grandes lotes, as chamadas sesmarias, que eram doadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho, escravizando indígenas e negros africanos; com esse sistema formaram-se grandes latifúndios.

A colonização portuguesa em seus primeiros anos escravizou os povos indígenas. No entanto, encontraram diversas dificuldades, tendo em vista que os indígenas eram nativos na América e assim possuíam conhecimento do território, tendo maiores possibilidades de fuga e assim dificultaram aos portugueses a captura dos nativos.

Embora a escravidão dos indígenas não tenha cessado em algumas regiões do país, tem início ainda no século XVI o comércio de escravos e do tráfico negreiro internacional. A escravidão africana também era praticada por meio de muita violência assim como a dos povos indígenas. Muitos negros morriam durante a viagem nos navios que eram superlotados e insalubres. Muitos deles não resistiam a essa travessia e as condições que eram submetidos por não saberem para onde estavam sendo levados e por não compreender o idioma.

Como aponta Clóvis Moura:

O escravismo no Brasil tem particularidades substantivas em relação aos demais países ou regiões da América. Ele percorre um périplo de tempo de quase quatrocentos anos, espraia-se na superfície de um subcontinente e mantém sua estrutura em todo esse imenso território durante esse período. Por outro lado, a quantidade de africanos importados até 1850 mostra como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se em

Durante o período inicial e nos quase quatrocentos anos de escravidão, ocorreram diversas revoltas dos povos indígenas e os negros contra os trabalhos escravos, consistindo em fugas e organização de quilombos, para assim realizar resistências e evitar de serem capturados. Houve diversos suicídios, devido à privação de sua liberdade.

Esses africanos vinham para atender a demanda de força de trabalho para as grandes propriedades que estavam se formando, as quais constituíam as sesmarias, seguindo o modelo de Portugal.

O regime das sesmarias foi um sistema adotado pela Coroa portuguesa em nome do rei de Portugal, em que terras eram concedidas aos colonizadores. Foi na criação das capitânicas hereditárias que essa prática das sesmarias na América portuguesa aconteceu. A coroa tinha o absoluto controle sobre as terras. Os donatários ficavam encarregados de repartirem as terras entre os moradores no regime de sesmarias. Essa medida teve origem com o objetivo administrativo de cultivar terras "não ocupadas". O termo significa, segundo Lima:

(...) a sesmaria deriva "para alguns, de sesma, medida de divisão das terras do alfoz; [...] para outros, de sesma ou sesmo, que significa a sexta parte de qualquer cousa; ou ainda para outros, do baixo latim caesina, que quer dizer incisão, corte. [...] Certo é que a constituição das sesmarias não se fazia, sem preceder à divisão e reparti-lo das terras incultas; a pensão ou renda estipulada consistia, geralmente, na sexta parte dos frutos; e, por último, o fim, a que atendia para constituí-las, era o roteamento — o rompimento, pelo arado ou pela enxada, das terras abandonadas. Sesmeiros, de outra parte, eram denominados os magistrados municipais, encarregados da repartição e distribuição das terras do alfoz" (LIMA, 1990, p. 19-20).

Segundo Stédile, desde o início da colonização do Brasil, a maneira que a terra foi distribuída e utilizada resultou num grave problema agrário. Desde 1500 as terras foram distribuídas para uma minoria da sociedade, a classe dominante, resultando na maioria da população sem acesso à posse e usufruto desse bem da natureza. (Stédile, 1997, p. 8).

Dessa forma, o regime de sesmarias está na origem da desigual distribuição de terras no Brasil, fomentando os grandes latifúndios do Brasil posteriormente com a criação da Lei de Terras.

1.2. Lei de terras de 1850: a legalização do latifúndio no Brasil

Como visto acima, as sesmarias foram responsáveis pela formação da grande propriedade agrária no Brasil, o que junto com o trabalho escravo e a exportação de produtos agrícolas e minerais vai criando as bases para a consolidação de forças que levam à ruptura com Portugal.

Um determinante importante que possibilitou que em 1822 ocorresse a Independência do Brasil, foi a pressão da Inglaterra, que vai assumindo o papel de país imperialista impondo aos territórios novas formas de organização econômica e política. O fim do trabalho escravo foi fundamental para levar adiante o projeto imposto pela Inglaterra, processo que foi ocorrendo gradativamente no Brasil tendo seu desfecho em 1888, com a promulgação da Lei Áurea.

No que se refere à questão agrária no Brasil, esse período foi bastante emblemático, pois finda o controle da Coroa sobre o território e desregulamenta o sistema de sesmarias. Ao invés de possibilitar que a terra ainda livre fosse ocupada pelos homens e mulheres livres, o Estado e os setores dominantes no Brasil optaram pela Lei de Terras no Brasil, em 1850.

É importante ressaltar que:

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava prestes a ser abolido. Dessa maneira, se os imigrantes chegassem no Brasil e o acesso a terra fosse livre, como no regime de sesmarias (livre para os "puros"), eles obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café. (MIRALHA, 2006, p.153)

Conforme Miralha, (2006, p. 153) a Lei de Terras foi uma solução para que a estrutura agrária brasileira se mantivesse inalterada para impedir o acesso livre às terras e resolver a questão da mão-de-obra para o café, já que tinha sido planejado pelo Estado brasileiro que imigrantes europeus iriam substituir o trabalho escravo nas lavouras. Se os imigrantes chegassem ao Brasil no antigo regime de

sesmarias com livre acesso às terras, por serem considerados “puros”, eles iriam preferir trabalhar em sua própria terra e não para terceiros.

Há que ressaltar, no entanto, que esse processo não foi sem conflitos. A luta dos povos indígenas foi a primeira manifestação de resistência que se manifesta de diversas formas no decorrer do processo de ocupação do espaço agrária. Seguindo essa mesma direção os negros escravizados vão forjando formas de luta as quais marcam nossa história. De acordo com o historiador e sociólogo Clóvis Moura (1988), que analisa o processo histórico brasileiro no período escravista, a nossa história foi marcada pela resistência dos povos escravizados.

As lutas dos negros, quilombolas e a rebeldia sempre desgastaram e desajustaram a ordem social senhorial, dessa forma a relevância das lutas dos escravos é vista como resistência e negação do regime escravista.

Moura (1988) analisa as diferentes formas de expressão do conflito de classes no escravismo colonial. O autor demonstra que as lutas entre escravizados e senhores foram constantes e não esporádicas e essas podem ser consideradas as expressões do antagonismo entre as duas classes. Marcado por aquilombamentos, rebeliões e diferentes formas de resistência. Matos (2008, p.27-28) observa "a importância capital para o estudo dos processos de formação de classe, em que a consciência da nova classe constitui-se a partir da articulação de valores e tradições herdados da situação social anterior".

Para Marx,

A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX, 2001: P.23-24).

Mesmo com essa resistência constante no decorrer da história e sua luta pelo acesso livre as terras e aos territórios, a Lei de Terras, foi fundamental para a consolidação da propriedade privada da terra e impediu o livre acesso aos camponeses, ex-escravos e indígenas, restando a esses somente a liberdade de vender sua força de trabalho.

A Lei de Terras fez com que grande parte dos escravos que iam ser libertos e imigrantes fossem expulsos das terras e das grandes propriedades, visto que tinha

acesso a terra quem tivesse condição de comprá-las e não era essa a situação desses trabalhadores das lavouras de café, as terras foram portanto, transformadas em mercadorias.

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. (MARTINS, 1997, pp 17-18 apud MIRALHA, 2006, p. 154)

A mudança da implementação da nova Lei ditou as regras sobre quem poderia ter ou não acesso à terra e impactou diretamente na estrutura agrária concentrada. Conforme,

As mudanças provocadas a partir da promulgação da chamada Lei de Terras contida na afirmação anterior nos fazem refletir sobre as consequências históricas da estrutura fundiária concentrada que desencadeou uma realidade social marcada pela intensa pobreza, fazendo emergir os Movimentos Sociais de luta pela terra de forma mais intensa a partir do final do século XIX e princípio do século XX, quando surgiram as primeiras revoltas no campo, conflitos sociais serão impulsionados pelo descaso da classe dominante do País para com as condições miseráveis de sobrevivência da população. (FERNANDES, 2017, p.60)

Nesse sentido, MIRALHA (2006, p. 154) destaca ainda que no início do século XX o país inicia uma modesta industrialização e com isso o mercado de consumo interno precisa se expandir para vender seus produtos, no entanto, a maior parte da população era de trabalhadores rurais.

1.3 Industrialização no século XX e a intensificação da questão agrária e da industrialização no Brasil

No Brasil, a industrialização se desenvolve no final do século XIX e início do século XX. É principalmente na década de 1930 que ganha força, causando assim profundas mudanças na estrutura de produção agrária no país.

Essa década foi marcada pela intensificação da industrialização no Brasil, promovida pelo governo de presidente Getúlio Vargas. Com a crise estrutural do capitalismo que se manifesta em 1929, provoca uma profunda crise do modelo

agroexportador hegemônico no Brasil até então, o que leva a crise do café, o principal produto de exportação como foi abordado anteriormente.

Com a crise, a oligarquia do café é derrubada pela burguesia que estava no poder e dessa maneira chega ao fim a República Velha e inicia a Era Vargas.

Conforme destaca a autora Fiorini:

O período de 1889 a 1930 no Brasil compreende a República Velha ou Primeira República e foi fortemente marcado pelo forte controle político, exercido sobre o governo, da oligarquia cafeeira paulista e da elite rural mineira, através da famosa “política do café com leite”. Cabe salientar que é a partir desse momento que se desenvolve com mais força o coronelismo, prática que garantia poder político regional às diversas elites locais do país. Também uma das características desse momento no Brasil é a ascensão e queda do modelo econômico agroexportador com base no café e o acúmulo de capitais a partir da exportação que impulsionam o início da industrialização no país. (FIORINI, 2022, p. 15)

Essa crise se manifesta na queda dos preços internacionais deste produto, o que leva o governo do presidente Getúlio Vargas a criar uma série de medidas para incentivar a industrialização como estratégia de substituição das exportações. Assim, houve a fragilização do poder das grandes oligarquias, mas não a sua neutralização. Estabeleceu-se uma aliança do setor urbano industrial com o agrário. Por isso não ocorreram grandes mudanças no campo, principalmente no que se refere ao acesso à terra que continua concentrada e sob o comando dos latifundiários.

O país vive um momento propício para realizar uma reforma agrária, já que os fazendeiros de café e a elite industrial tinham interesses divergentes. Os conflitos agrários se intensificaram pelo país. Seria então a oportunidade do Estado, aliado à burguesia industrial, propor uma reforma agrária com a finalidade de fragilizar o poder das grandes oligarquias e possibilitar o desenvolvimento das relações capitalistas.

Desse modo, não houve um embate entre a oligarquia agrária e a burguesia industrial, principalmente porque no início do século XX a oligarquia do café mantinha o controle na economia e a industrialização se processava em grande medida do excedente produzido por essa economia. Por isso não é feita uma reforma agrária, mesmo que a burguesia industrial tenha tomado o comando da economia.

Assim, o país passa a ter a sua economia que antes era baseada na monocultura do café para uma economia industrial. A partir desse período que há a implantação da indústria pesada no país.

Nesse período houve um processo de migração intenso, devido à mudança das atividades agrícolas para as industriais, provocando explosões demográficas em São Paulo e no Rio de Janeiro que podem ser observadas até hoje. Houve uma intensificação do êxodo rural, com as expropriações dos pequenos agricultores, além disso nem todos os trabalhadores conseguiram se inserir na cidade e com isso gerou uma grande massa de sobrantes. Esses movimentos migratórios para os centros promoveram a manutenção da estrutura agrária profundamente concentrada. De acordo com Miralha,

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não -efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21 apud MIRALHA, 2006,p.155)

Segundo Rocha & Cabral (2016), esses trabalhadores acabaram tornando-se mão-de-obra barata para as indústrias, além das condições precárias de moradia, se instalando nas periferias. Rocha & Cabral afirmam que:

O êxodo rural intenso originado pela a industrialização na década de 1930 causou a marginalização dos trabalhadores rurais, que foram para a cidade em busca de melhores condições de vida, entretanto, se depararam com desemprego, com o subemprego, com a mais valia, com as periferias marginalizadas dos grandes centros urbanos. Os trabalhadores rurais foram explorados e colocados à margem desde a colonização brasileira. (ROCHA & CABRAL, 2016, p. 79)

Esse cenário começa a ganhar novos contornos a partir do final dos anos 1950 até início da década de 1960. Ao mesmo tempo em que os grandes proprietários de terras vão aprofundando o seu controle político e econômico no campo brasileiro, se fortalece as lutas, principalmente através da organização das Ligas Camponesas

As Ligas surgiram na metade dos anos 50 para combater a exploração e a vida mais desumana a que estavam submetidos os trabalhadores do campo, vítimas de um sofrimento imposto e patrocinado, sobretudo, por usineiros e senhores de engenho do setor canavieiro da Paraíba e de todo o Nordeste. Os trabalhadores queriam apenas estender a legislação trabalhista aos trabalhadores das usinas e dos engenhos. Era ter o direito de plantar e colher na terra que ele arrendava. (ALMEIDA, 2022 apud FIORINI, 2022, p.19)

As primeiras Ligas surgem no nordeste do país, inicialmente em Pernambuco, depois na Paraíba. Posteriormente se organizam, também, no Rio de Janeiro, Goiás e outros Estados do Brasil. Esta, juntamente com outras organizações, passa a ser a grande protagonista no campo e, nesse momento entra na pauta política a necessidade de realização da reforma agrária, contestando a desigualdade e a concentração fundiária existente no país. Mudanças intensas acontecem no campo e na sociedade no fim da década de 1950, período este que será marcado por uma intensa modernização da agricultura.

1.4 A modernização da agricultura e a questão agrária no Brasil

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960 ocorrem mudanças profundas na sociedade brasileira e, especificamente no campo. Esse período está marcado pelo início de um intenso processo de modernização da agricultura, levando a intensificação da concentração da terra, da riqueza e dos conflitos sociais.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi responsável pela intensa atividade econômica e industrial. Sob o lema bem sugestivo: "cinquenta anos em cinco", esse governo provoca grandes alterações na economia brasileira e cumpre suas promessas de provocar um desenvolvimento econômico. Assim, se tem o início de um processo de modernização na agricultura, estratégia necessária para fortalecer a indústria e dessa forma, os sinais da luta pela reforma agrária vão se tornando mais evidentes.

Essas ideias vão ganhando mais corpo com a posse do presidente João Goulart. Este assume propostas mais progressistas e, é nesse período que os movimentos sociais ganham força. A reforma agrária se torna uma entre várias reformas estruturais, definidas por esse governo.

Entretanto, essas mobilizações levaram a oposição de grande parte da burguesia que era contra essa política, pois contrastava diretamente com os

interesses dos grandes proprietários de terra. Essa demanda foi um determinante importante para a conflagração do golpe de Estado realizado em 1964.

Neste período da ditadura e o que a mesma significou para o Brasil não cabe nos limites deste trabalho tratar dessas questões. O que nos interessa aqui é explicitar os rumos que foram dados ao campo nesse momento e demonstrar que as escolhas feitas pelos sucessivos governos militares foram no sentido de possibilitar a modernização da agricultura ao invés da reforma na estrutura agrária, mantendo, desta forma, a estrutura fundiária desigual. Como ressalta Miralha (2006, p.156)

(...) O Grande momento histórico da realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi sabotado e destruído por um pacto entre as elites (o golpe de Estado), ou seja, a velha oligarquia rural que permeia o poder político através de vários deputados, senadores, governadores, etc., e a burguesia industrial, que decidiram manter inalterada a estrutura fundiária brasileira e assim, mudaram o rumo do país.

Nesse sentido Fiorini, (2022, p. 16) aponta que “o quadro que se apresenta a partir de meados da década de 1960 foi de uma agricultura moderna e de intensa submissão dos camponeses ao capital industrial”. Assim, só aumentou o abismo nos processos de exclusão e desigualdade na agricultura e promoveram uma “modernização conservadora” das médias e grandes propriedades enquanto a estrutura fundiária se manteve sem reformas. Como afirma o autor,

Dessa maneira, vemos que os resultados gerados pela modernização tecnológica da agricultura só fizeram ampliar ainda mais as desigualdades sociais e a concentração fundiária no país, bem como causar sérios danos ao meio ambiente. (MIRALHA, 2006, p. 160)

O governo incentivou a modernização da produção agrícola, facilitando a exportação, disponibilizando sementes modificadas, fertilizantes, corretivos de solo, expansão do crédito agrícola, no entanto, a estrutura agrária foi mantida.

A modernização do espaço rural através da tecnologia foi um discurso usado pelos militares que prometiam o desenvolvimento do espaço rural como afirma, Fiorini (2022):

Com a entrada dos militares do poder, - através de um golpe amplamente financiado pelos EUA - , mantinha-se a retórica do discurso acerca do atraso da agricultura em um país de grande “vocação agrária”, assim os militares “ tomaram para si o desafio de levar o desenvolvimento para o espaço rural, sendo este

considerado imperativo para o avanço do país como um todo” (COSTA, 2013, p.44 apud FIORINI, 2022, p.17)

Com isso, a modernização agrária beneficiava os latifundiários e as elites industriais com os mecanismos de modernização dos produtos agrícolas. Em contrapartida, avançava a desigualdade e o êxodo rural dos camponeses. Fiorini, aponta que:

Diante deste quadro de espoliação dos camponeses e camponesas do campo, formava-se o consenso sobre a injusta situação da trabalhadora e do trabalhador rural, a injusta divisão de terras no país elevando a consciência política das massas camponesas e isso passa a representar uma ameaça aos interesses dos grandes latifundiários que promovem a expulsão em massa dos trabalhadores rurais passando a reestruturar o trabalho nas fazendas com pouca mão de obra e muitas máquinas. (FIORINI,2022, p.17)

É importante ressaltar como o pensamento conservador está presente nessa modernização agrícola sem que fosse feita a tão necessária reforma agrária. Sendo assim, não houve mudança na estrutura agrária e sim uma modernização agrícola acelerada mantendo os interesses dos latifundiários e da elite industrial. Como aponta, (Delgado, 2005):

A partir do golpe de 1964 o debate político é cortado, e lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências para o país. (DELGADO, 2005, p.5)

O fato é que o grande salto para a frente empreendido pelos militares pressupunha uma aceleração da industrialização — a dita modernização — sem reformas estruturais de amplo alcance e sem um processo de mobilidade social mais amplo, uma vez que o grande objetivo das elites nacionais era avançar a acumulação capitalista sem abrir mão do controle sobre a mudança social, ou, em outros termos, o objetivo (alcançado por sinal) era "congelar" a luta de classes, o tempo histórico, evidenciando uma resistência sociopática à mudança. (NAKATANI, FALEIROS, VARGAS, 2012, p.227)

A modernização conservadora do campo no Brasil é expressão da chamada "revolução verde" que foi a modernização e ampliação de tecnologias agrícolas que fizeram com que houvesse um aumento considerável na produção. Essa nova tecnologia trouxe promessas como a da redução da fome, no entanto essa

revolução promoveu diversos impactos no âmbito social com o aumento da desigualdade, concentração fundiária, dependência dos grãos e sementes além dos impactos ambientais e o êxodo rural provocando um “inchaço” urbano.

1.5 A questão agrária no período ditatorial

Segundo Fiorini (2022), a repressão da luta pela terra e contra a reforma agrária foi uma constante na história do Brasil, principalmente no período da ditadura militar iniciado em 1964, época de um combate odioso das elites e dos militares contra os movimentos sociais e suas lideranças. Assim, fica claro que

A questão da estrutura fundiária sempre esteve presente no cenário político nacional, formando as bases de uma política de extrema concentração social da propriedade de terra que não apenas gerou o latifúndio como também demarcou as estruturas de monopolização do poder por reduzidas elites. Ligada umbilicalmente ao processo histórico de colonização do país, a estrutura de ocupação da terra baseada na existência de latifúndios atravessou os diversos ciclos econômicos sem grandes alterações. (ALENTEJANO ET AL. , 2020)

O Estatuto da Terra foi criado em 1964, no governo militar, produzindo algumas diretrizes para possibilitar o acesso à terra a alguns trabalhadores, no intuito de diminuir as tensões sociais, no entanto não foi implementada.

Dito de outra forma, o Estatuto da Terra foi uma estratégia utilizada pelos governos militares para diminuir os conflitos agrários. Centrava-se basicamente na destinação de terras para o assentamento das famílias, principalmente do sul e sudeste, nas áreas de fronteira agrícola. Ao final desse regime, esse Estatuto não foi adiante e o governo dos militares permaneceu investindo na grande propriedade, o que aprofundou ainda mais a concentração da terra e a desigualdade social no campo.

No período de (1965-1982) as funções da agricultura incorporam uma nova demanda, não presente no período anterior, como afirma Delgado, (2005, p.6) “O aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”. Dessa maneira, este processo de modernização técnica da agricultura tinha de um lado a presença dos insumos e máquinas industriais e do outro as matérias primas.

Na ditadura empresarial-militar, o período de 1968 a 1973 período de desenvolvimento econômico acelerado, que ficou conhecido como o "milagre econômico", no qual como aponta Giannazi, (2013, p.42) foi um período, "em que o Brasil mais cresceu e se desenvolveu do ponto de vista econômico, há de se recordar das palavras do próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici, "a economia ia bem, mas o povo vivia mal" ”.

(...) Percebemos o quanto o autoritarismo político foi necessário para que os governos militares impusessem um novo modelo econômico, que se de um lado propiciou o rápido desenvolvimento da economia e a redução da inflação, por outro, desvalorizou os salários dos trabalhadores, aumentou o processo de endividamento e de concentração de renda, aumentando ainda mais a desigualdade social no Brasil. (GIANNAZI, 2013, p. 4)

É importante destacar também, que dentre os planos econômicos dos governos militares, a famosa frase Delfim Netto, que participou dos governos militares em diversas funções, afirmava querer "fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo", no entanto esse "bolo" nunca foi dividido com os mais pobres.

Todos foram unânimes em recomendar a compressão salarial, sob a alegação de que "primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo", o que jamais foi realizado, com o que se alegou ser a frustração do assim chamado "milagre econômico brasileiro". Comportamento que era a contrapartida da prática de se fazer com que se "socializassem as perdas e privatizassem os lucros", como foi dito, por seus críticos. (GIANNAZI, 2013, p.83)

Para Fernandes (2008) a questão agrária é um "problema estrutural do capitalismo" causando desigualdades sociais. No qual o capital causa expropriação, exclusão e desigualdade. (FERNANDES, 2008, p.74). Dessa forma, Fiorini aponta os impactos da questão agrária na população que vive no campo, principalmente as comunidades tradicionais, os indígenas e camponeses:

Diante da história de nossa formação social, é possível constatar que o grande contingente populacional vivendo no campo em condições precárias revela a gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. A persistência dos pobres no campo, de populações tradicionais expulsas de seus territórios compoendo a pobreza urbana, dos grandes latifúndios de monocultivo está diretamente relacionada à forma de apropriação e exploração da terra e do território, neste caso da exploração capitalista, ou seja, a gênese das desigualdades sociais que caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo está na relação entre concentração da propriedade fundiária e acumulação de capital; (...) (FIORINI, 2022, p. 25, 26)

Assim, fica claro que a agricultura continua tendo um papel central na economia brasileira e se torna responsável pelos lucros das grandes empresas e

dos grandes proprietários rurais. Esse período foi fundamental para garantir a expansão do capitalismo no campo. A Modernização Conservadora da agricultura passa a entrar em decadência com a crise estrutural do capital na década de 1970.

1.6 Crise da Modernização Conservadora e a rearticulação dos movimentos sociais e o agronegócio

Com a crise estrutural do capital que se manifesta a partir de meados dos anos de 1970, o projeto para a agricultura sustentado na Modernização Conservadora, também entra em crise.

Segundo, Alentejano (2022) na década de 1970, com o processo de modernização agrícola, os conflitos agrários se intensificaram, pois a ampla modernização efetivada nesse período provoca uma profunda mudança na base técnica na agricultura, mas mantém intocável a estrutura agrária.

Este foi o momento de reorganização das lutas sociais, tanto na cidade como no campo. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta passa a atuar junto aos camponeses e, principalmente na luta pela terra. Isso vai dar origem a um dos maiores movimentos de luta pela terra no Brasil, posteriormente em 1985 é criado oficialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), é um movimento social que luta coletivamente pela conquista da terra e também, tema que será abordado mais profundamente no segundo capítulo deste trabalho.

De acordo com FIORINI (2022, p.20), com o fim do regime militar a partir de 1985, as forças sociais voltam a respirar após um longo período de repressão e violência do Estado. É nesse cenário que acontecem grandes mobilizações nas cidades brasileiras em torno da reconstrução democrática e da conquista de direitos. Os trabalhadores rurais e urbanos começam a se organizar pelo enfrentamento e a resistência à reprodução capitalista no campo. (AZEVEDO, 2012, p.34 apud FIORINI, 2022, p.20).

Com a reabertura política, os movimentos sociais voltaram a pressionar o governo reivindicando uma reforma agrária. Principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se expandiu pelo território nacional ocupando terras improdutivas e lutando por seus direitos:

(...) Principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor. (MIRALHA, 2006, p. 161)

Para, Delgado apud Alentejano et al. (2005), a década de 1980 foi um momento de transição e contradição no Brasil para a questão agrária, com a retomada de fôlego, após o término do regime ditatorial, os movimentos sociais que durante duas décadas haviam sido subjugadas pelo domínio autoritário da modernização da agricultura.

O cenário que se apresenta no decorrer da década de 1980, aponta para avanços no que se refere à realização da reforma agrária e na conquista de direitos em políticas destinadas aos trabalhadores do campo. Ingressa-se nos anos de 1990, com boas expectativas de avançar ainda mais, porém novos desafios vão se forjando, grande parte deles desencadeados pela consolidação do neoliberalismo. As mudanças no âmbito da sociedade brasileira foram intensas e a expressão no campo se manifesta no fortalecimento ideológico, político e econômico do que passou a ser chamado de agronegócio.

Como visto anteriormente, durante o período de 1965–1981 a agricultura brasileira completou um ciclo de modernização técnica e crescimento sem efetuar nenhuma alteração considerável na estrutura agrária. Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil teve um alto endividamento público e criou uma dependência externa, e dessa forma, a economia internacional tinha forte influência na economia brasileira e conseqüentemente na política da questão agrária.

Conforma-se, assim, um novo momento de impulso à estratégia externa de priorização do agronegócio e dinamização do setor agroexportador, associada à nova política econômica mundial de financeirização do capital, onde a mercantilização das terras e as exportações de produtos primários são potencialmente valorizados. (ALENTEJANO ET AL. , 2020, p. 143)

De acordo com Farias (2021), o agronegócio no Brasil surge como um curto-circuito no processo de modernização social do país, onde elevados padrões de produtividade exigidos por cadeias produtivas internacionais de commodities perpetuam traços mais violentos de passado histórico colonial e escravista. E que

dessa forma, há a consolidação do complexo de relações econômicas e políticas chamado de agronegócio que permanece na base da atual crise política do país.

O agronegócio, segundo Delgado (2006) pode ser definido como uma “[...] associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado”. Para, Fernandes:

O agronegócio é um novo tipo (e mais amplo) de latifúndio, cujo poder de concentração e dominação não se restringe somente à terra, mas também à tecnologia de produção e às políticas de desenvolvimento; um eufemismo para escamotear a imagem latifundista do modelo predador, expropriatório e excludente de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, que carrega consigo toda a herança do atraso político e econômico, do trabalho escravo, do coronelismo e da subserviência. (FERNANDES, 2004 APUD ALENTEJANO ET AL., 2020)

Destarte, a partir de 1990, a política de questão agrária no Brasil praticamente tem sido acionada nos momentos em que os conflitos se aproximam da barbárie (PEREIRA, 2018). O país tem um quadro de reorganização do agronegócio que passa a disputar territórios com seu principal oponente na atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essa é um dos principais embates do passado até a contemporaneidade, como afirma Fernandes:

[...] o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital [...] (FERNANDES, 2008, p. 76 apud FIORINI, 2022, p. 24, 25)

Nesse sentido, fica claro a importância dos movimentos sociais na luta contra o agronegócio e contra o capitalismo. Assim o MST ¹(2021) afirma que a luta pela reforma agrária se trata diretamente do enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as empresas do agronegócio, que produzem desenfreadamente agrotóxicos, transgênicos resultando no esgotamento dos recursos naturais. Dessa maneira, é imprescindível

¹ Como consta no site: www.mst.org.br acessado em 20/11/2022.

a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na resistência contra as grandes empresas e o agronegócio.

(...) A luta do MST é apresentada “como um meio (talvez o único) para a conquista da cidadania por milhões de “excluídos””, mas também, no avanço do projeto “revolucionário” do movimento que não se limita “à simples realização de uma reforma agrária nos marcos do sistema capitalista” (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1998, p. 86 apud FIORINI, 2022, p.26)

Fica claro que no Brasil ao longo dos anos as lutas pela reforma agrária se expandiram pelo território, nesse contexto político. Ademais, conforme o exposto, o Brasil tem uma das maiores concentrações de terras no mundo. Os grandes latifúndios desenvolvidos durante o período colonial, apoiados na monocultura e escravidão provocaram a desigualdade social que se estabelece até os dias atuais.

De acordo com o último Censo Agropecuário (2017), realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), apenas 1% dos que detêm as propriedades rurais, estão no controle de 50 % das terras no país. Esses dados confirmam a expropriação feita no país desde a colônia e posteriormente no capitalismo.

Conforme o MST (2021), a realidade brasileira impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária, que é histórica no país e desde o início durante a invasão dos portugueses, se constituem lutas pelos povos indígenas, quilombolas, camponeses, comunidades tradicionais, entre outras.

O MST acredita que para que tenhamos uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, é preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, de caráter popular, contribuindo para construção da soberania nacional. Para tanto, é preciso descentralizar o acesso à terra, para que ela cumpra sua função social, garantindo os direitos e a permanência no campo das comunidades que nela vivem e trabalham, sejam estas comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas, seringueiras, geraizeiras e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais. (MST, 2021)

A forte presença e protagonismo do MST na luta pela terra e pela reforma agrária criou as condições para o seu amadurecimento e lhe possibilitou engendrar novas formas de luta e construir uma nova proposta de reforma agrária, para além do que se convencionou chamar de reforma agrária clássica. Denominada Reforma Agrária Popular, essa proposta avança na concepção do que deveria ser uma

verdadeira reforma agrária que é mais do que a conquista da terra. Definem que a conquista da terra deve vir acompanhada de condições dignas de vida.

Vale ressaltar uma das maiores reivindicações que constituem a reforma agrária popular que é a produção de alimentos saudáveis para a população. Para isso, defendem a agroecologia livre de alimentos com agrotóxicos, contaminação das águas, desmatamento e aquecimento global são alguns aspectos da questão agrária popular na atualidade.

Cada vez mais a luta pela reforma agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais. (MST, 2021)

Outro aspecto importante da reforma agrária popular são as questões de gênero. Para esse Movimento a reforma agrária contempla, também, a construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a lgbtfobia, por exemplo. MST (2021). A educação é uma das principais bandeiras e o acesso a ela deve ser universal, contemplando principalmente os jovens e adultos que vivem no campo.

Essas ideias e projetos acerca da reforma agrária e um projeto popular para o campo enfrenta novos desafios nos últimos anos com a eleição de Bolsonaro. Os movimentos sociais voltam a viver graves conflitos agrários durante o governo de Jair Bolsonaro. Segundo, Alentejano et al. (2020) é possível afirmar que a política deste governo para o campo é marcada pela aceleração da contrarreforma agrária, contribuindo para o fortalecimento da hegemonia do agronegócio no Brasil que já eram pré- determinadas em suas campanhas políticas e reafirmadas. Após a posse como presidente, ficou mais evidente, pois foi estabelecida uma política de enfrentamento a estes movimentos, colocando-os como adversários políticos e inimigos. Respondendo aos que lutam pela reforma agrária com violência, criminalizando estes movimentos sociais que lutam pelo direito a terra. Durante a campanha chegou a dizer sobre as ocupações de terras realizadas pelo MST a seguinte frase: “A propriedade privada é sagrada. Temos que tipificar como terroristas as ações desses marginais. Invadiu? É chumbo!” (AGÊNCIA ESTADO, 2018 Apud ALENTEJANO ET AL. , 2020)

Assim, durante este governo, as suas políticas agrárias foram totalmente paralisadas, sem a criação e incentivo de novos assentamentos rurais, a demarcação de terras onde vivem povos indígenas e territórios de comunidades

quilombolas e ainda com o agravante do incentivo a violência contra essas populações e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado do Rio de Janeiro, que também teve inúmeros conflitos fundiários, avança a especulação imobiliária das áreas que se encontram em processo de urbanização.

2. Questão agrária e conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro

A questão agrária no Rio de Janeiro apresenta determinações que são próprias da questão agrária brasileira, mas para compreendê-la é necessário apresentar algumas particularidades que atravessam a realidade desse Estado. Primeiro, há que considerar que o Rio de Janeiro tem como forte característica o turismo. Essa sua característica é reconhecida internacionalmente e, nos últimos anos tem se apresentado como a dimensão mais importante da economia. Outro ponto importante é que a marca deste estado são as taxas elevadas de urbanização com o agravante da metropolização. Apesar da área urbana ser expressiva, é possível afirmar que existe questão agrária no Rio de Janeiro que se manifesta por intensas disputas por terra. Esta ocorre principalmente pela expulsão dos trabalhadores rurais expropriados principalmente pelo capital imobiliário diante de um profundo processo de especulação imobiliária.

De acordo com Alentejano (1997), a história no Estado do Rio de Janeiro de luta por terras é em consequência direta do avanço da especulação fundiária no século XX e adquire ainda mais forças na segunda metade do século.

Sendo assim, há um processo de intensificação das lutas dos movimentos sociais em busca da realização de uma reforma agrária no Estado, entre esses movimentos, a formação e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Estes conflitos são resultados da concentração fundiária e do processo histórico de expropriação no país. Dessa forma, este capítulo pretende analisar os movimentos sociais no Rio de Janeiro e o maior e que mais se destaca deles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.1 Conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro

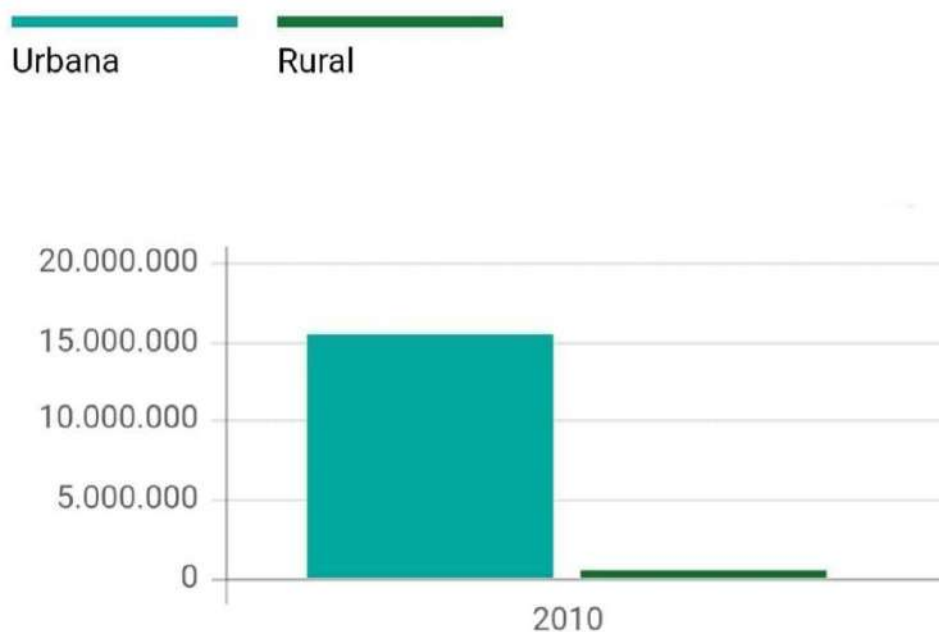
O processo de luta por terras no território fluminense está diretamente marcado pelo passado de decadência da agricultura que abriu o caminho para o

capital imobiliário e a indústria avançarem no processo de urbanização e decadência da agricultura no estado.

A luta pela terra no Rio de Janeiro aconteceu em áreas que se encontravam em processo de especulação urbana, conforme, Alentejano (2005, p. 1): “Em geral, os conflitos estavam vinculados à resistência dos trabalhadores rurais ao avanço da especulação imobiliária, fruto da urbanização e do desenvolvimento da atividade turística no estado”. Muitos conflitos se deram entre posseiros e grileiros, acontecendo principalmente na Baixada Fluminense que resistiam a essa presença da especulação em função da intensa urbanização que é demonstrada através dos dados abaixo

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE, 2011) no último Censo demográfico de 2010, enquanto 97% da população vivia na área urbana, apenas 5% viviam nas áreas rurais.

Gráfico 1- População residente por situação domiciliar (urbana/rural) (Unidade: pessoas)



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo (Moreira, 2001 apud Souza, 2019, p. 111), a exacerbada concentração da população, da renda, da poupança e de condições de

desenvolvimento na região metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social da população que vive nos municípios do interior.

O Estado do Rio de Janeiro, em termos político-administrativos, é formado por oito grandes regiões: Centro-Sul Fluminense, Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Costa Verde, Baixada Litorânea e Médio Paraíba. (Figura 1).

Figura 1 - Regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ)

De acordo com RUA (2002), no Rio de Janeiro prevaleceu uma projeção da metrópole carioca que intensificou o processo de urbanização com uma intensa urbanização que afeta diretamente as dimensões política, cultural, comportamental e econômica.

A partir da década de 1940, começaram a se institucionalizar na cidade Fluminense, os movimentos de trabalhadores rurais no cenário de conflitos entre os grileiros e posseiros na Baixada Fluminense. Como dito anteriormente, os grileiros tentaram de diversas formas se apropriar das terras ocupadas pelos posseiros. Ocorreram tentativas de despejo, mas houve uma forte resistência por parte dos

posseiros que se organizaram contra essa expulsão. Foi importante, nesse momento, o apoio de forças de esquerda, com destaque o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O primeiro movimento no campo fluminense ocorreu em 1948, através da organização de um grupo de lavradores do Estado do Rio de Janeiro. Estes formam a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Durante as décadas de 1950 e 1960 outras organizações de lavradores foram fundadas e em 1959, na I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, foi criada por essas diversas associações fundaram a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).

Essas lutas ganham novos contornos ainda na Baixada Fluminense, e em função da forte presença da atuação do capital imobiliário, principalmente durante a década de 1950, ocorreu a expulsão de um número significativo de trabalhadores das terras e ocorreu em função das obras de drenagem que ocorriam nessa região com o objetivo de melhorar as condições de uso desse território²

Alentejano et al. (2022) destaca que a instalação desses projetos visava construir uma espécie de cinturão agrícola no entorno da capital com o argumento de resolver os problemas relacionados a falta de saneamento e combate às doenças transmitidas por mosquitos. Tinha o objetivo de abastecer a cidade do Rio e as regiões ao seu redor, com destaque para os municípios de: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaguaí, Magé e Cachoeiras de Macacu.

Esses projetos fizeram com que surgissem diversos conflitos na Baixada Fluminense decorrente da valorização das terras, onde nelas surgiram muitos lavradores que foram atraídos para essas terras, na categoria de posseiros para produzir alimentos. Assim, houve uma disputa dessas áreas entre grileiros e posseiros. Os grileiros tentaram expulsar os posseiros daquelas terras, com o objetivo de expandir com a urbanização e assim teriam o controle do território.

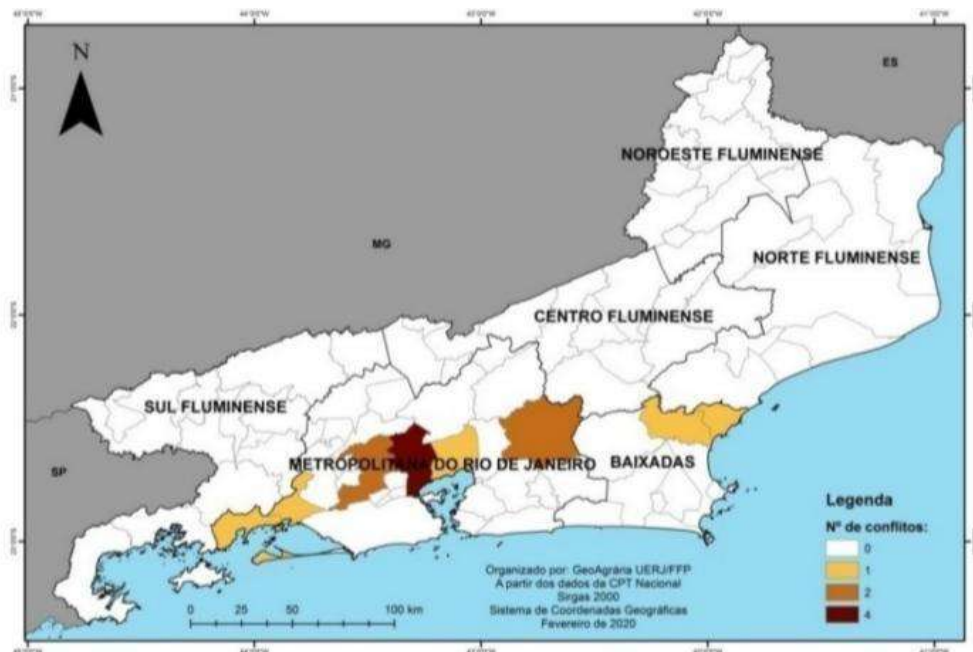
Essa urbanização desenfreada de grande parte do território da Baixada via projetos de colonização, desconsiderava elementos centrais para a população que residia nesse local, conforme nos esclarece Grynszpan (1987):

² Drenagem é o ato de escoar as águas de terrenos encharcados, por meio de tubos, túneis, canais, valas e fossos, sendo possível recorrer a motores como apoio ao escoamento. Disponível em: www.forumdaconstrucao.com.br acessado em: 4/12/2022.

A terra não é, para o camponês, um simples local de trabalho e de habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, conseqüentemente de uma série de relações sociais, da família, de valores. Por isso, ele percebe o seu futuro como vinculado à terra, e a decisão de abandoná-la não é um mero cálculo de custos e benefícios (GRYNSZPAN,1987, Pág. 65).

A intensificação dos conflitos no Estado, em especial na Baixada Fluminense, com o destaque para as regiões de Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias são demonstrados no mapa abaixo:

Figura 1 – Mapa das Localidades com conflito por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1950



Organizado por: geografia UERJ/FFP a partir dos dados da CPT Nacional 2000

Nesse cenário profundamente conflituoso a organização e luta dos camponeses foi fundamental e marcou a região e sua história. A dinâmica de especulação imobiliária com a valorização das terras provocou a violenta expulsão dos trabalhadores rurais e pequenos produtores, provocando intensos conflitos nessas áreas. “(...) o combate aos despejos se fazia através da luta pela permanência na terra, manifestações nas cidades, apelos às autoridades

(deputados, governador, juízes), denúncias em jornais e ações na justiça, com base no direito de usucapião” Grynszpan (1986).

No decorrer da década de 1960, ocorrem muitos processos de luta por terras nessa região e surgem organizações com palavras de ordem, bandeiras e líderes. Segundo Medeiros (1989), a luta dos trabalhadores nos conflitos entre 1950/1960, foi tão grande no país que o Estado do Rio de Janeiro, ficou conhecida como uma das regiões em que os conflitos no campo eram os mais intensos.

Toda essa efervescência sofreu um duro baque com o golpe militar em 1964. As lutas camponesas e mobilizações em torno da reforma agrária foram violentamente reprimidas, sob o argumento do combate à ameaça comunista.

Como destaca ALANTEJANO:

O Golpe de 1964 interrompeu essa escalada da luta pela terra. A crescente mobilização popular em torno das reformas de base, em especial da reforma agrária, foi a senha para a reação das elites urbanas e agrárias que articularam com os altos oficiais das forças armadas o golpe, sob a desculpa, num ambiente geopolítico marcado pela Guerra Fria, de combater a ameaça comunista. Assim, logo após o Golpe empresarial-militar foi desencadeada intensa repressão aos movimentos, com ações de perseguição, violência e criminalização das lideranças, em especial sobre as vinculadas à luta pela terra e identificadas como comunistas.(ALENTEJANO et al. ,2022, p.7)

O período militar foi responsável pela expulsão de muitos indígenas e trabalhadores rurais das terras onde residiam e trabalhavam, e dessa forma aprofundou ainda mais a concentração fundiária.

O Rio de Janeiro acompanha as mudanças que ocorriam em nível nacional. Neutralizam-se as forças que lutavam na defesa da reforma agrária e se incentiva a modernização da agricultura, que se manifesta no Rio de Janeiro, principalmente na região Norte Fluminense. Nessa região, que tradicionalmente é constituída por grandes e médias propriedades agrícolas, o governo militar garantiu incentivos agrícolas por meio de programas com o objetivo de modernizar os meios de produção agrícola.

Essas alterações nas formas de organização da produção sustentada no projeto de modernização, provoca profundas alterações na região e, principalmente nas condições de vida e trabalho dos camponeses e demais trabalhadores do campo. Muitos trabalhadores foram expulsos de onde trabalhavam, e assim tornaram-se os chamados boias-frias, consolidando assim um intenso êxodo rural.

Conforme a repressão do regime militar, no fim da década de 70 foi sendo reduzida as lutas e conflitos por terra voltam ao cenário político no estado. As mobilizações, neste momento, têm características diferentes se comparadas ao período anterior ao golpe. Essa luta se diferencia, também, dos demais Estados no Brasil.

Alentejano (1997) destaca três aspectos dessa mudança. O primeiro aspecto é que a quantidade de posseiros no Estado foi reduzida drasticamente. Isso se deve ao fato de conflitos provocados pelo avanço das ações dos grileiros que expulsa essa população do campo, transferindo muitos conflitos para a cidade.

O segundo aspecto, é a urbanização, agora ainda mais ligada à especulação imobiliária. Áreas que antes eram agrícolas, em disputa se tornaram urbanas, promovendo também um esvaziamento do campo e das atividades agrícolas no Rio de Janeiro. Reduz-se, com isso, os conflitos agrários nessas áreas já que existiam poucos trabalhadores rurais. O terceiro aspecto, foi a crise econômica e alta de desempregados nas cidades, o que contribuiu para que o foco dos conflitos pela terra fossem deslocadas dos posseiros para os desempregados da região metropolitana.

Teixeira (2009) destaca que

[...] a organização do espaço agrário fluminense exhibe peculiaridades, tais como: desenvolvimento desordenado, deterioração ambiental, perda de terras agrícolas, intenso ritmo de urbanização associado à valorização acentuada da terra e o efeito da metropolização exercida pela cidade do Rio de Janeiro (p. 81).

Nessa mesma direção está a análise de Novick (1993), que confirma que no Estado do Rio de Janeiro o ressurgimento dos conflitos agrários se deu em outras condições, naquele momento. A ligação com o urbano era uma linha tênue, sendo difícil diferenciar a luta pela terra para moradia da luta pela terra para o trabalho. Dessa forma, a reforma agrária e reforma urbana se confundem de forma absoluta. O ressurgimento desses movimentos sociais após o fim da ditadura militar, tem entre esses movimentos, os que são atuantes até os dias atuais e que mais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Diante dessas particularidades, pode-se afirmar que no decorrer da década de 80 os conflitos voltam a se intensificar no Estado com ênfase na Baixada Fluminense e na região Norte. Um elemento importante e que teve grandes

implicações para a luta pela terra no Rio de Janeiro, foi a atuação significativa do governador eleito em 1982, Leonel Brizola que criou alguns assentamentos rurais no território fluminense. Durante esta primeira administração de Brizola, teria sido marcada pela reaproximação entre o governo estadual e os órgãos de representação dos trabalhadores (MENEZES, 1991, p. 123).

A política agrária ganha importância com a fundação de uma secretaria responsável pelos problemas fundiários, em contrapartida o governo separou este tema das questões agrícolas, que ficaram vinculadas à Secretaria de Agricultura. Fato este, que levou a divisão do poder de pressão dos movimentos sociais rurais, devido à criação das duas secretarias. (OLIVEIRA e MARAFON, 2006).

Mesmo assim, pode-se afirmar, que esse governo teve um papel importante no enfrentamento da questão agrária no estado e dialogou com os movimentos e organizações que lutavam pela terra.

Ou seja, o Governo Brizola assume alguns compromissos com os movimentos que vinham se constituindo e dando novos rumos à questão agrária no Rio de Janeiro. No entanto, de acordo com Novick (1993) essa negociação entre governo e os movimentos sociais da terra só se deu a partir de uma grande mobilização popular.

Distintamente de outros Estados, na cidade fluminense o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) teve dificuldade de organização para se estabelecer no Estado na década de 80 como será visto mais adiante.

Mas há que considerar que a reforma agrária continua sendo uma das principais reivindicações dos movimentos sociais do campo, combatendo a expropriação de terras, a substituição do homem pela máquina e também melhores condições de trabalho.

Os movimentos sociais buscam a desapropriação de áreas improdutivas, para utilização das terras. Segundo (PEREIRA, 2016), a falta de acesso das classes trabalhadoras rurais à terra é um problema muito grave do campo no Brasil, no qual famílias buscam um pedaço de terra para morar e plantar e enfrentam conflitos, onde, de um lado estão os camponeses e de outro a classe dominante latifundiária.

2.2 Formação do MST e sua trajetória no Rio de Janeiro

A formação dos movimentos sociais são consequência das diversas lutas camponesas pelo direito à terra. Um dos mais importantes movimentos e que mais se destaca até os dias de hoje, é sem dúvida o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que começou a se formar no início da década de 1980, produto da resistência dos camponeses que impõe a necessidade de realização da reforma agrária.

No período anterior ao Golpe da ditadura, diversos conflitos agrários aconteceram, continuando durante o regime antidemocrático. Essas lutas demonstravam o surgimento de Movimentos Sociais pela terra no país.

Foi na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, que o MST foi fundado oficialmente em 1984 com a reabertura democrática, após a ditadura civil-empresarial, realizado no Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, com a presença de oitenta representantes, de treze Estados do Brasil. Sendo definidos pontos importantes com princípios e objetivos do Movimento Social, como declaram os autores:

(...) Neste encontro, foram definidos alguns princípios básicos e os objetivos gerais do movimento, tais como: a terra deve estar nas mãos de quem nela trabalha; organização dos trabalhadores na base; lutar por uma sociedade sem explorador e nem explorados; ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores e, por fim, articular os trabalhadores da cidade. (BALDI e ORSO, 2013, p. 276, 277)

Nos encontros e congressos que se deram após a fundação do Movimento, surgiram propostas como a desapropriação de multinacionais, os trabalhadores no controle da reforma agrária, e a criação de novas leis com a extinção do Estatuto da Terra, afirma Baldi e Orso (2013). As propostas sobre o fim da propriedade que o MST traz, tem como base os estudos de Marx e Engels,

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja premissa é privar de propriedade a imensa maioria da sociedade. Vocês nos acusam, em resumo, de querer acabar, com a sua propriedade. De

fato, é isso que queremos. (MARX & ENGELS 1998, p.23 apud BALDI e ORSO, 2013, p. 277)

Os movimentos sociais são muito importantes na luta pelas terras expropriadas ao longo da história no Brasil, durante a luta pela democratização. Um desses movimentos, o MST atraiu apoiadores pelo Brasil e assim foi conseguindo se expandir. Ele se destaca até os dias atuais e está presente em vinte e três Estados e no Distrito Federal com forte atuação nas cinco regiões do país. Organiza cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra pelo processo de lutas dos camponeses para permanecer nas terras. (MST, 2022)

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST (...). (FERNANDES, 2000, p.50).

Fernandes (2000), aponta ainda que dois fatores foram fundamentais para a formação do MST, sendo um político e o outro econômico. O fator econômico, por sua vez, se deu pelo modelo da “modernização conservadora” que provocou a expulsão dos camponeses e trabalhadores. Durante a ditadura intensificou-se a produção agrícola e a monocultura. No âmbito político, o lado combativo do sindicalismo e a luta pela liberdade política e no primeiro Congresso houve a afirmação de que,

(...) “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E com este ímpeto, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. (FERNANDES, 2000, p.27)

Dessa maneira, o fator político na luta agrária é fruto também da resistência à ditadura e o objetivo da realização da abertura política e da redemocratização. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), luta não só pela reforma agrária, mas também por um projeto de sociedade política ativamente tendo como proposta o desenvolvimento social e econômico para o país.

A formação do MST no Rio de Janeiro seguiu o movimento nacional, mas é importante ressaltar algumas diferenças.

No período de 1985 a 1987 aconteceu a primeira fase desse processo, quando o Movimento tentou, sem sucesso, se consolidar no Rio de Janeiro. No final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar

e desde então começou a se territorializar por diversas regiões do estado. (FERNADES, 2000:145)

Dessa forma, em abril de 1984, aconteceu uma primeira tentativa de territorialização do MST no Rio de Janeiro. No entanto, como o movimento é de origem camponesa, ele enfrentou dificuldades de articulação e identidade dos trabalhadores com a terra, visto que o estado possui um elevado índice de urbanização. Com isso, ocorreram algumas divergências entre as lideranças nacionais e estaduais do MST/RJ. Entre 1985 a 1987 aconteceu a primeira tentativa de territorialização, que não se consolidou no Estado. Mesmo assim, foram realizadas em 1985 ocupações do estado: uma no município de Paracambi (Vitória da União) e outra Valença (Conquista). Em função das crescentes divergências entre as lideranças nacionais e estaduais, o Movimento se desorganizou no estado. Alentejano et al. (2022)

Diante dessas dificuldades no processo de organização do movimento, o MST no estado do Rio de Janeiro deixou de existir em 1987, no entanto a luta dos sem-terra continuou.

A partir de 1993 ocorre a retomada do processo de organização do MST no estado que vai se concentrar, principalmente no Norte Fluminense, com ações realizadas pelo Movimento, mas é especificamente em Campos dos Goytacazes que é conhecido como principal polo de conflitos de terras. A partir desta década acontece um processo de interiorização da luta pela terra no Estado. Ocorrem ocupações em terras de usinas que entraram em falência nos anos de 1990, com as terras improdutivas e abandonadas os trabalhadores do MST começaram a organizar-se para ocupar as respectivas terras. Mas aconteceram muitos conflitos no enfrentamento à oligarquia que dominava a política há séculos.

Na região do Médio Paraíba ocorreram as ocupações da fazenda do Salto e Primavera em 1996, no município de Barra Mansa e desde então passou a se territorializar por inúmeras regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Durante mais uma década ocorreram diversas ocupações de terra, segundo Alentejano et al. (2022) encorajadas ainda mais agora pelo retorno do MST ao Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro foi um estado que “[...] reproduziu de modo intenso e específico o processo de urbanização, verificado a nível nacional, a partir dos anos

40: 95,39% da população fluminense residia em áreas urbanas no ano de 1991.” (CALAZANS; NOVICKI; CASTRO, 1998, p. 249).

Durante o final dos anos 1990 e o início da década de 2000 tiveram grandes expansões das ações do MST no estado do Rio de Janeiro, aumentando o número de ocupações.

Assim, há um fortalecimento dos movimentos sociais rurais, com o retorno do MST. Ocorrem várias ocupações de terra que vão consolidar diversos assentamentos rurais em várias regiões do Estado, embora sua predominância seja a Norte Fluminense.

Dessa forma, o MST vem atuando contra os latifúndios, ocupando as terras improdutivas, buscando a construção de assentamentos e tem como objetivo: a reforma agrária, a luta pela terra e a transformação social. Nesses assentamentos, são criados pelo MST: escolas, cursos técnicos, o ensino de agricultura familiar e etc.

2.3 Assentamentos no Rio de Janeiro

Uma das conquistas das lutas dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária são os assentamentos rurais surgindo como resposta às lutas do campo. Segundo Alentejano (2002), desde a década de 50 existem dois fatores fundamentais que contribuíram para a formação dos diversos assentamentos distribuídos em diversas regiões do Rio de Janeiro. A primeira é a ocupação de terras por trabalhadores desempregados e em outras condições, a segunda seria a especulação imobiliária no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Guaraná & Medeiros (1998), um assentamento rural seria a legalidade por meio do reconhecimento do Governo da luta pela terra. Sendo assim uma intervenção fundiária criada pelas políticas públicas agrárias e o Estado seria responsável por reconhecer uma ocupação com o título de um assentamento. Segundo, Castro (1998, p. 21) “No entanto, independente de qual for à forma de conquista da terra, é necessário o aval do estado para que se ascenda ao status legal de assentamento.” Sendo assim,

O termo “assentamento rural”, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis ou mesmo

utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visaram a regularização de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como “rendeiros”, “agregados”); a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem (...)acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.17)

O termo "assentamento" passa a ser usado pelos movimentos sociais a partir da década de 1980, mesmo com todos obstáculos, nessa década se tem o maior número de criação de assentamentos. De acordo com Alentejano et al. (2022), no Rio de Janeiro foram criados 30 assentamentos que se situam em 22 municípios. Estes ocupam uma área de 30.132,3 hectares e congregam 3.772 famílias.

Foi na década de 1980, durante o governo Brizola, como apontado acima, que começam a ser criados os assentamentos rurais, em terras improdutivas, terras estas que haviam tido conflitos entre os donos da terra ou grileiros e os produtores camponeses que ali residiam. Nesta década o Estado foi contemplado pelo Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), que tinha como objetivo assentar entre 1985 e 1989, dezesseis mil famílias. Considerando que no próprio plano estimava-se que existiam cerca de 92 mil famílias de sem-terra e trabalhadores rurais, o número previsto para assentamento atendia apenas 20% da demanda por terras.

Para Alentejano (2003),

“(...) o Rio de Janeiro não é considerado um estado prioritário para a realização da reforma agrária e há significativas dificuldades, tanto por parte dos órgãos públicos como dos movimentos sociais, de pensar um modelo de reforma agrária que utilize o elevado grau de urbanização do estado como trunfo e não como obstáculo”

Outro elemento que esteve presente nos processos de assentamento no Estado do Rio de Janeiro, foi a relação dos movimentos sociais rurais com o Estado. Várias iniciativas tomadas pelo governo foram cruciais para a formação dos assentamentos rurais:

O governo Brizola de 1982 tomou a questão fundiária como bandeira de seu governo e investiu fortemente, nos limites do poder estadual, na realização dos assentamentos. Através da criação da Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), procurou garantir a implantação e permanência dos assentamentos rurais locais, suprimindo a falta de projetos do governo federal para questão agrária no Estado, na década de 80 (Novicki, 1992 apud Giuliani & Castro, 1996 p. 146)

Destacando-se a Região Metropolitana em que mais da metade dos assentamentos foram criados. Segundo Novicki (1994), na década de 90, cerca de 80% dos assentamentos rurais do Estado estavam na região metropolitana e na Baixada Fluminense.

Conforme Luxemburgo (1970), esta região era a principal no quesito de conflitos por terra no Estado com o processo de migração cidade-campo. No Estado do Rio de Janeiro, os assentamentos rurais têm uma relação de imbricação nas relações entre o rural e o urbano. Segundo Giuliani & Castro (1996, p. 34) salienta que há três traços característicos da formação dos assentamentos no Estado do Rio de Janeiro, sendo eles:

1) “as específicas condições do setor primário fluminense, considerado pouco expressivo e em franca decadência”

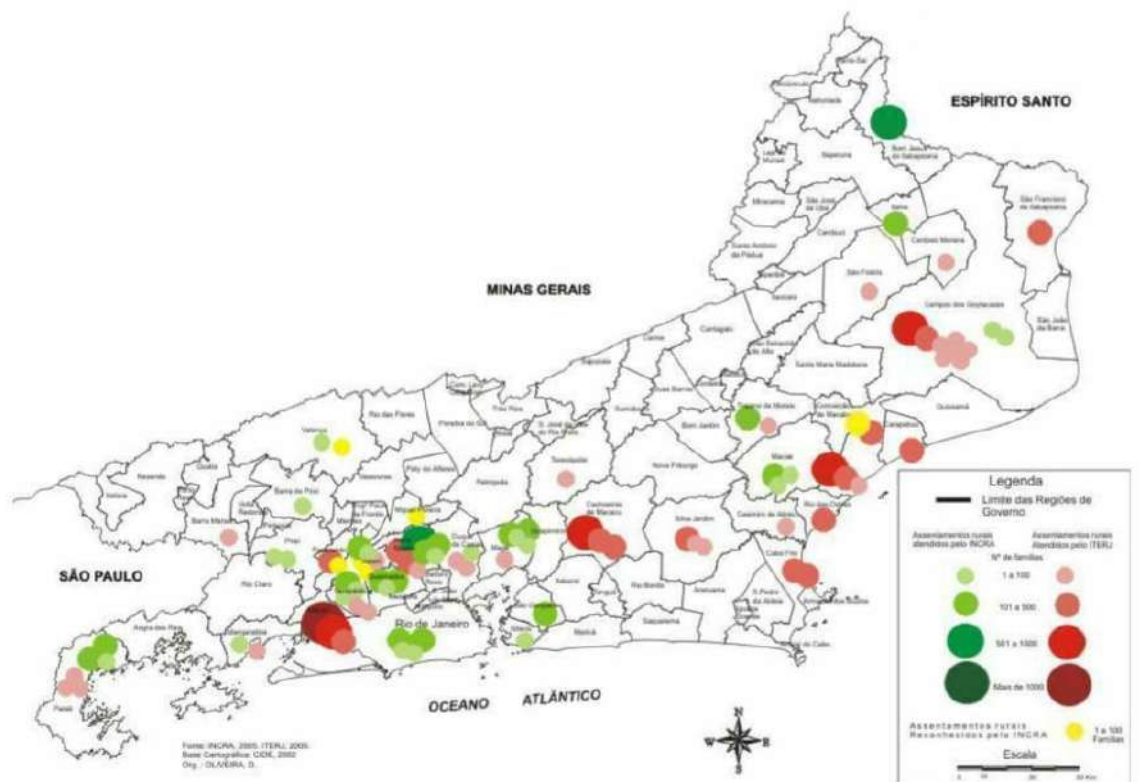
2) “a forte preponderância das cidades, sobretudo da metrópole Rio de Janeiro, sobre a vida social e econômica rural”.

3) “as relações que os movimentos sociais rurais mantiveram com o governo do Estado e suas agências”.

Diante disso, os próprios assentamentos no estado assumem contornos diferenciados se comparados com os demais estados do Brasil. De acordo com Alentejano (1997) esses assentamentos se organizam em torno do que é conhecido como pluriatividade que nada mais é do que a realização no mesmo território de atividades variadas. Estas atividades podem ser tanto agrícolas como não-agrícolas e são realizadas pelas famílias que vivem nos assentamentos.

Para Medeiros et al. (2009), os assentamentos com assentados de origem urbana tendem à pluriatividade, enquanto os de origem rural são apresentados como agricultores mais tradicionais.

A figura 2 demonstra a distribuição dos assentamentos no Rio de Janeiro nos anos 2000.



FONTE: INCRA (2004) e ITERJ (2000). Organização de Oliveira (2006).

Assim, o Rio de Janeiro tem características diferentes da maioria dos outros Estados e a urbanização e de especulação imobiliária influenciam diretamente na questão agrária, com isso, estas particularidades dificultaram a consolidação da luta pela terra e a constituição do MST no estado, principalmente pelo perfil dos assentados serem de origem urbana. No entanto, a reforma agrária se tem um papel importante nesse estado e pode ser uma possibilidade para um grande número de famílias que lutam para ter acesso à terra.

Considerando essas questões e para finalizar, é importante ressaltar que o MST no Rio de Janeiro avança significativamente na relação entre a luta do campo e da cidade. Esse Movimento atualmente vem intensificando sua atuação no espaço da cidade buscando dialogar com a sociedade através do tema da produção de alimentos e da importância da produção de alimentos saudáveis contrapondo-se diretamente ao agronegócio que só produz produtos para atender o mercado externo. Dessa forma, vem aprofundando a denúncia contra o uso abusivo de agrotóxicos e defendendo a produção agroecológica. Importante mencionar o espaço no centro da cidade do Rio de Janeiro que leva o nome de “Armazém do

Campo”. Este tem se tornado um rico espaço de debate com a cidade do Rio de Janeiro acerca dos temas relativos à questão agrária tendo a comercialização de produtos da reforma agrária com ponto central.

Essa relação com o espaço da cidade vem se tornando fundamental e é através dele que o tema da reforma agrária vai ganhando importância tornando a “reforma agrária uma luta de todos”.

Considerações finais

Procurou-se neste trabalho, provocar e ampliar o debate em torno da questão agrária no Brasil e a trajetória de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Rio de Janeiro. Viu-se que a disputa pelo direito de posse e uso da terra foi uma constante na história brasileira. Isso não foi diferente no Estado fluminense, pois constatou-se que a luta pela terra nesse Estado foi muito presente tensionando as relações de poder nas áreas rurais do país.

Outro aspecto a considerar é que independente de quem esteve no poder nunca acontecem mudanças estruturais na questão agrária a favor dos trabalhadores rurais. A luta pela terra contra o grande capital, que destrói os recursos naturais, tem como adversário o forte protagonismo dos movimentos sociais brasileiros.

Alentejano & Pereira (2014), afirmam que a concentração fundiária continuou desempenhando ao longo das décadas um papel fundamental na produção e reprodução da desigualdade, injustiça e no que tange a renda, riqueza e o poder no Brasil. Longe de ser a imagem criada de "sucesso" como é difundida pelos meios de comunicação, o agronegócio que se baseia na exploração dos camponeses, na destruição do meio ambiente, o uso indiscriminado de agrotóxicos e na violência contra os trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, com o apoio direto e indireto do Estado.

Esses são os traços constitutivos do modelo agrário dominante e se agrava ainda mais nos últimos anos, nos últimos anos. Mesmo que sempre tenha havido uma tentativa de controlar, dividir e cooptar os movimentos sociais, quilombolas e indígenas, havia minimamente um espaço para diálogos com os movimentos,

mesmo que fosse com só algum integrante. No governo do presidente Jair Bolsonaro os movimentos passam a ser tratados como inimigos.

Assim, com este trabalho fica claro a importância da luta pela terra para que seja feita uma reforma agrária e desta forma as desigualdades sociais possam ser atenuadas, demonstrando assim que esta luta tem que ser uma luta de todos. A reforma agrária vem sendo uma questão há décadas, sendo um conflito direto aos interesses do capital. O Estado tem grande responsabilidade nisso, visto que é um aliado das grandes empresas e do capital, deixando de apoiar a política de reformas de base.

Os Assentamentos rurais podem ser o prenúncio de melhores condições de vida rumo a uma sociedade mais organizada, com menos exploração e mais igualitária. Pode-se afirmar, portanto, que há semelhança com o projeto ético político do assistente social "O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero". (NETTO, 1999, p. 104-5).

E, especificamente no Rio de Janeiro, a intensa urbanização e a especulação imobiliária dificultou a realização de uma reforma agrária, mas a luta sempre foi intensa e ela precisa continuar para que todos os camponeses, indígenas, quilombolas, que foram expulsos e expropriados das terras, recuperem seus territórios. O protagonismo dos movimentos sociais e, especificamente do MST, é fundamental na construção de um novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. “Invadiu? É chumbo”, afirma Bolsonaro em palestra no Rio de Janeiro. **O Tempo, Belo Horizonte**, 22 maio 2018, Eleições 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/invadiu-e-chumbo-afirma-bolsonaro-em-palestra-no-rio-de-janeiro-1.1789465>>. Acesso em: 1 de nov. de 2022.

ALENTEJANO, P. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Agricultura). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro**. Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros - seção Niterói, ano 1, jan/jun de 2005.

_____. _____. Revista Fluminense de Geografia, Niterói, vol., 1, nº. 1, 2002.

ALMEIDA, J. **Uma História que Poucos Conhecem**. Disponível em: <<http://www.ligascamponesa.org.br/?p=101> > Acesso em: 10 out. 2022.

_____. ET AL. **Hegemonia do agronegócio e aceleração da contrarreforma agrária: as políticas do governo Bolsonaro para o campo**. In: PEREIRA, L. BARBOZA, D. Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BALDI, F.; ORSO, P. J. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST– educação em movimento**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 50, p. 275–285, 2013. DOI: 10.20396/rho.v13i50.8640308. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640308>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993. Cap.1, p.17-46.

Capacitação em Serviço Social e Política Social. **Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2001.

CALAZANS, M ; NOVICKI, V ; VIEIRA, E. **Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul**. In: Carneiro, Maria J. L. et al.(Org.). Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1, p. 247-260.

CASTRO, E. **Assentamentos entre o Rural e o Urbano**. In: CARNEIRO, M; GIULLIANI, G; MEDEIROS, L; RIBEIRO, A. Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.

COGGIOLA, O. **La Cuestión Agraria en Brasil**. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/39143.pdf>. Acesso em: 2 de ago. 2022.

DAL MORO, M. **MST: significados e antecedentes históricos**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://locuss.org/joomla/locuss/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=23&Itemid=36. Acesso em: 28 nov. 2022.

DELGADO, G. **A questão agrária no Brasil**. 1950-2003. In: JACCOUD, L. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005. p. 01-26.

FALEIROS, R. **Homens do café**: Franca 1880-1920. Ribeirão Preto: Holos Ed., 2008.

FARIAS, L. **Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil**. Configurações Online, 2021.

FERNANDES, B. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Revista NERA Año IX Nº 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.

FERNANDES, F. **Conversas com sociólogos brasileiros**. In: RUGAI BASTOS, E. et al. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 13-48.

FERNANDES, M. **A luta pela terra e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Revista Geo Interações, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–67, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1072>. Acesso em: 4 nov. 2022.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.319.

_____. **Agronegócio e Reforma Agrária**. In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado – RS. Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária: Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004. S/p.

GEOAGRÁRIA – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária da FFP-UERJ. **Atlas dos Conflitos fundiários rurais no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/p/blog-page.html>

GIANNAZI, C. **A doutrina da segurança nacional e “milagre econômico” (1969/1973)**. São Paulo: Cortez, 2013;

Giuliani, G; Castro, E. **Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Estudos Sociedade e Agricultura. n. 6. p. 138-169, jul 1996.

GRYNSZPAN, M. **O campesinato fluminense: mobilização e controle político (1950-1964)**. Revista do Rio de Janeiro, 2, vol. 1, jan./abr., 1986.

_____. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)**. v. 2 Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

FRADE, G. ; SILVA, W. **Mudanças Socioespaciais na Periferia da Região Metropolitana do Rio De Janeiro: O Caso De Nova Iguaçu**, 2018 in: Revista Continentes (UFRRJ), ano 7, n. 12, 2018 (ISSN 2317-8825)

LIMA, R. **Pequena História Territorial do Brasil – Sesmarias e Terras Devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Fac-símile da 4ª edição. 1990.

LUXEMBURG, R. (1970) **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOS, M. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MARTINS, J. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. _____. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MEDEIROS, L. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____ & LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate.** In: MEDEIROS, Leonilde Servolo & LEITE, Sergio. Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Introdução. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdUFRGS, CPDA, 2009.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8 pp. 151-172 Jan./Jun. 2006.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala.** 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Página na internet desenvolvida pelo MST, 2022.** Apresenta histórico, documentos e dados gerais sobre o movimento. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 20 de Novembro de 2022.

_____. _____. **Página na internet desenvolvida pelo MST, 2021.** Apresenta o programa de reforma popular do MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>>

NAKATANI, P; FALEIROS, R; VARGAS, N. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 110 Abril/Junho. São Paulo: 2012.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NOVICKI, V. **A criação do aparato fundiário fluminense: primeiro governo Brizola (1983-1987).** In: XXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1993, Ilhéus - Bahia.

OLIVEIRA, D.; MARAFON, G. J. **Análise da política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: o caso do assentamento Associação Mutirão da Conquista – Valença / RJ: UNESP, 2006.**

PACHECO DE OLIVEIRA, J.; FREIRE, C. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC/SECAD, 2006.

PEREIRA, J; ALENTEJANO, P. **Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)**. Tempos Históricos, v. 18, p. 73-111, 2014. PEREIRA, Sebastião Félix. **Emancipação de assentamentos rurais: a resistência do MST e os anseios do agronegócio**. Revista Equador (UFPI), Vol. 7, Nº 2, p.62 - 78.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, J. **Aspectos históricos da Questão Agrária no Brasil**. Revista Produção Acadêmica – Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/NURBA – vol. 2, n.1. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>> Acesso em: 01/08/2022.

RUA, J. **Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro**. In: MARAFON, G.J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002

STÉDILE, J. P. A. **A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda - 1960-1980**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012, p. 17-34.

_____. **Dossiê questão agrária: O MST e a questão agrária**. Entrevista à revista Estudos Avançados vol.11 nº31, São Paulo Set./Dec. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141997000300005

Souza, R. **O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2019, v. 57, n. 1 [Acessado 26 Novembro 2022] , pp. 109-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570107>>. Epub 06 Maio 2019. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570107>.

TEIXEIRA, V. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – UNICAMP, 2009.